



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Parecer Jurídico

PJ Nº: 33716/CONJUR/GABSEC/2022

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- Número: 2020/0000017408

- Data Protocolo: 16/07/2020

Empreendimento

- Nome/Razão Social/Denominação: DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - BELLA CITTÁ TOTAL VILLE - CONDOMÍNIO SOURE-A

Assunto

Parecer Jurídico

ANÁLISE JURÍDICA

PROCESSO: 17408/2020

AUTUADO: DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES ITENS 2 E 4 DO ANEXO I DA OUTORGA Nº 1489/2014, CONTRARIANDO AS EXIGÊNCIAS DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. ART. 66, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008, ART. 81, INCISO III, DA LEI ESTADUAL Nº 6.381/2001. DEFESA TEMPESTIVA. PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Em 09/06/2020 esta SEMAS, por meio do técnico responsável, lavrou o Auto de Infração nº AUT-1-S/20-06-00308, em face de **DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ nº 09.037.957/0001-87 pessoa jurídica já devidamente qualificada, por não cumprir os itens 2 e 4 das condicionantes constantes no verso da Outorga nº 1489/2014, contrariando, em tese, o art. 81, III da Lei Estadual nº 6.381/2001 e art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se nos ditames do art. 118, I e VI da Lei Estadual nº 5.887/95 e em consonância com o art. 70 da Lei nº 9.505/98 e art. 255 da Constituição Federal de 1988.

Segundo o Relatório de Fiscalização REF-1-S/20-06-00338, em vistoria técnica realizado por esta SEMAS a fim de averiguar o cumprimento das condicionantes relacionadas à



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 33716/CONJUR/GABSEC/2022

Outorga nº 1489/2014 foi constatado irregularidades, visto que a equipe técnica observou que os itens 2 e 4 do referido título não foram atendidos.

Devidamente notificada do auto de infração, bem como do prazo de 15 dias para apresentação de defesa, a autuada apresentou defesa intempestivamente, Alegando:

- Que o auto de infração não merece prosperar, pois a Outorga nº1489/2014 está fora de vigência e o empreendimento autuado não é de propriedade da autuada;
- Requer a nulidade do Auto de infração por furtar o direito à ampla defesa e ao contraditório da autuada;
- Requer que todas as intimações e notificações referente ao auto de infração em questão sejam realizadas no endereço: Rodovia Augusto Montenegro, s/n, Km 8, Coqueiro, Belém/PA, CEP: 66.823-010.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1 DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Na legislação pátria, ao meio ambiente é dispensado um tratamento singular, fundado sobremaneira no princípio do desenvolvimento sustentável, amparado em normas destinadas à garantia do acesso equitativo aos recursos naturais e em postulados como os do usuário-pagador, do poluidor-pagador, da prevenção do dano ambiental e da participação popular.

A Carta Constitucional de 1988, em seu art. 225, *caput*, consolida o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse sentido, Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo, 30ª edição, editora Forense, 2017, p. 916-917) qualifica de modo implícito o meio ambiente, configurando-o como um bem fora do comércio jurídico de direito privado, não podendo, desta feita, ser objeto de qualquer relação jurídica de direito privado, revestindo-o em uma redoma de inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e de vedação à oneração.

Para assegurar a efetividade desse direito, nos moldes do §1º, VII, do dispositivo derivado da Carta Magna mencionado, incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas,



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 33716/CONJUR/GABSEC/2022

na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Tratando da proteção ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, VII, consubstancia o dever de todos os entes federativos, incluindo os Estados, em preservar as florestas, a fauna e a flora.

Em sede infraconstitucional, a Lei nº. 6.938/81, instituidora da PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º, V, atribui a esta Secretaria Estadual, enquanto órgão seccional, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, a obrigação de conservar e preservar os recursos naturais.

2.2. DA INFRAÇÃO E DA TIPIIFICAÇÃO DA CONDUTA

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade, não ofendendo nenhum princípio que viesse a lhe prejudicar a legitimidade. Além disso, salientamos que tanto o auto de infração quanto o procedimento realizado por esta Secretaria de Estado, que indicaram a ilegalidade na ação da autuada, estão fundamentados e de acordo com os ditames legais que regem a matéria fornecendo, portanto, o devido alicerce a esta análise, bem como à autuação.

Nos termos do art. 120, §2º da Lei nº 5.887/95, a configuração da infração ambiental pressupõe o nexo causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano.

No caso, a omissão restou comprovada pelas informações constantes dos autos, não sendo elidido o descumprimento das condicionantes do anexo I da Outorga nº 1489/2014.

Igualmente é inequívoca a ligação entre a conduta da autuada e o descumprimento de normas ambientais.

A outorga foi conferida no dia 02/10/2014, impondo o prazo de 120 (cento e vinte) dias para o cumprimento das condicionantes. O vencimento do prazo ocorreu no dia 30/01/2015, não se verificando o cumprimento nesse período.

Ademais, as alegações suscitadas em sede de defesa não merecem prosperar, tendo em vista que o autuado deveria comprovar o cumprimento das condicionantes dentro do prazo previsto na outorga, além de que, o título de Outorga em questão está em nome de seu empreendimento.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 33716/CONJUR/GABSEC/2022

Assim, presentes a autoria e a materialidade da infração, a autuada infringiu os dispositivos a seguir elencados:

Lei Estadual nº 6.381/2001

Art. 81. Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos superficiais, meteóricos e subterrâneos, emergentes ou em depósitos:

(...)

III – utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga, para qualquer finalidade;

(...)

Decreto Federal nº 6.514/98

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Lei Estadual nº 5.887/95

Art. 118 - Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

I - construir, instalar, ampliar ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Estado, estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados, comprovadamente, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, também, comprovadamente, sob qualquer forma de causar degradação ambiental, sem o prévio licenciamento do órgão ambiental ou com ele em desacordo;

(...)

VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Evidenciada está, portanto, a **procedência** do Auto de Infração lavrado contra a autuada.



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 33716/CONJUR/GABSEC/2022

2.3. DA GRADAÇÃO DA PENA

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual 5887/95.

A Lei nº 5.887/95 impõe que seja pautada a atuação do administrador público, quando da prescrição da multa, nos **princípios da razoabilidade e proporcionalidade**, guardando, então, uma proporção adequada entre os meios que emprega e o fim desejado pelo diploma legal.

Urge também que seja considerado, no estabelecimento do valor pecuniário, os princípios da educação ambiental e da prevenção, instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – art. 2º, X, da Lei nº. 6.938/81, utilizando-se a aplicação da multa como um modo de reeducar os representantes legais da infratora das normas ambientais, inculcando-lhes a consciência ecológica necessária ao repúdio de ulteriores atitudes divergentes dos mandamentos legais aplicáveis ao caso.

Celso Antonio Pacheco Fiorillo, em seu *Curso de Direito Ambiental Brasileiro* (14ª edição, editora Saraiva, 2017, p. 68), destaca que a legislação severa, que imponha multas e sanções mais pesadas, funciona também como instrumento da efetivação da prevenção. Desta forma, é imprescindível que se leve em conta o poder econômico do poluidor, devendo as penalidades estarem atentas aos benefícios experimentados com a atividade e o lucro obtido à custa da inobservância das normas ambientais.

Considerando as informações constantes dos presentes autos, não se verificam incidências de circunstâncias atenuantes ou agravantes

Havendo preponderância das circunstancias atenuantes, caracteriza-se, portanto, a infração aqui analisada em caráter LEVE, conforme o art. 120, I, da Lei nº 5.887/95, pelo que, nos termos dos arts. 119, II, e 122, I dessa Lei, recomenda-se a este Órgão Ambiental aplicar a penalidade de multa fixada em 1500 vezes o valor nominal da UPF-PA.

3. CONCLUSÃO



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 33716/CONJUR/GABSEC/2022

Ante o exposto, recomenda-se a manutenção do Auto de Infração nº AUT-1-S/20-06-00308, em face de **DIRECIONAL DIAMANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ nº 09.037.957/0001-87, em razão da constatação da infração ambiental consistente no art. 81, III da Lei Estadual nº 6.381/2001 e art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se nos ditames do art. 118, I e VI da Lei Estadual nº 5.887/95 e em consonância com o art. 70 da Lei nº 9.505/98 e art. 255 da Constituição Federal de 1988, **sugerindo que seja aplicada a penalidade de Multa Simples no valor de 1500 UPF'S**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

IDEMAR CORDEIRO PERACCHI
Procurador do Estado

Belém - PA, 20 de Outubro de 2022.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Idemar Cordeiro Peracchi 20/10/2022 - 19:00;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/7UZF>

